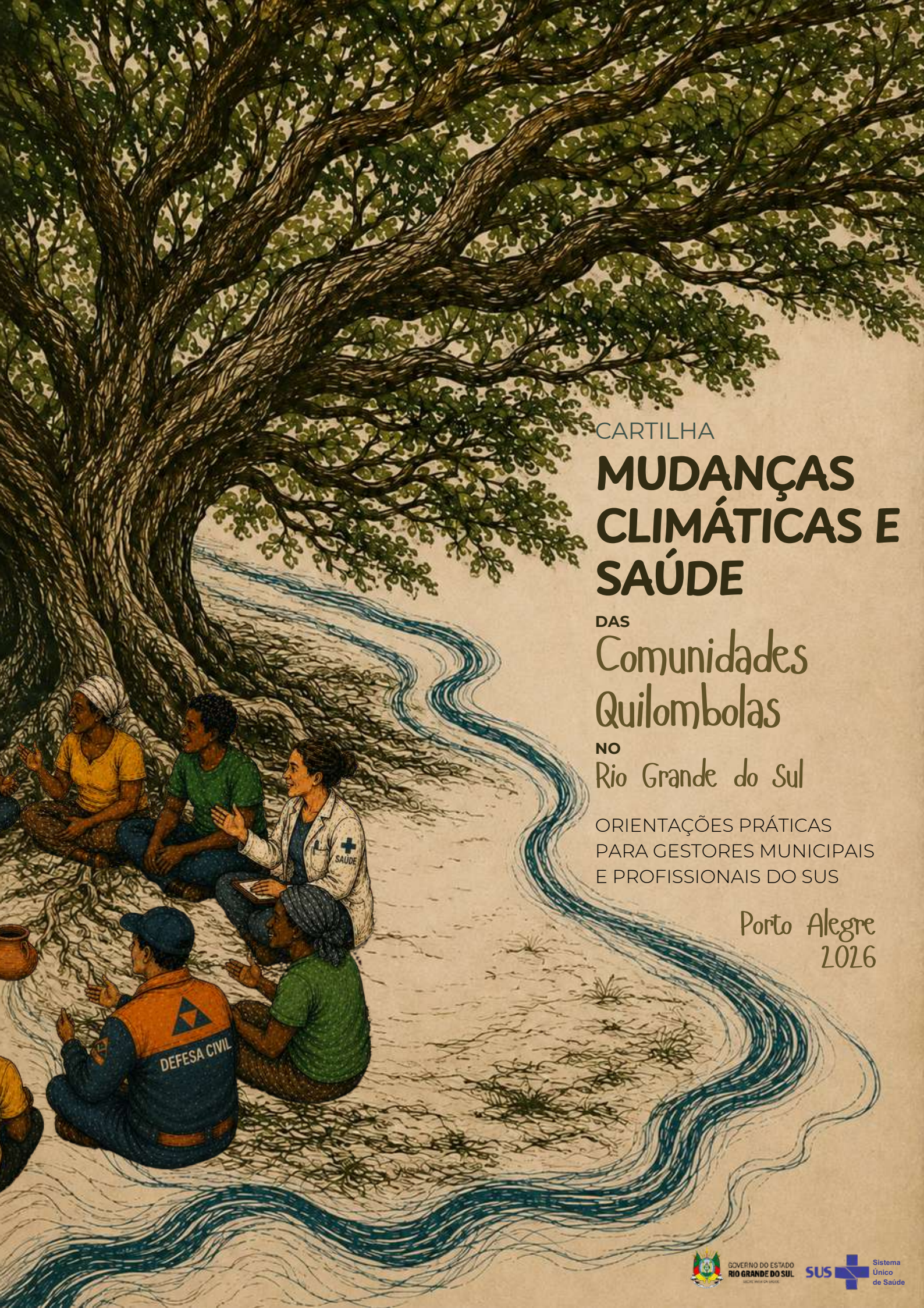




CARTILHA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SAÚDE

DAS

Comunidades
Quilombolas

NO

Rio Grande do Sul

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS
PARA GESTORES MUNICIPAIS
E PROFISSIONAIS DO SUS

Porto Alegre
2026



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE SAÚDE



Sistema
Único
de Saúde

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE

Secretária de Estado da Saúde

Lisiane Wasem Fagundes

Diretora do Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde

Marilise Fraga de Souza

Diretora Adjunta do Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde

Carolina de Vasconcellos Drügg

Chefe de Seção da Divisão de Políticas da Promoção da Equidade

Francis Rodrigues Pereira

ELABORAÇÃO

Francis Rodrigues Pereira - Chefe de Seção da Divisão de Políticas da Promoção da Equidade;

Francyne da Silva Silva - Analista de Saúde, Área Técnica de Saúde da População Negra e Quilombola, SES-RS;

Gisele Cristina Tertuliano - Analista de Saúde, Área Técnica de Saúde da População Negra e Quilombola, SES-RS;

Jorge Amaro de Souza Borges - Comunidade Quilombola dos Teixeiras/Mostardas-RS; Rede de Confluência de Pesquisadores e Pesquisadoras da CONAQ; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Relações Internacionais e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

Tatiana Engel Gerhardt - Departamento de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural-Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COLABORADORES

Claudia Dutra – Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul, CODENE;

Gabriel Freitas Vedoy - Estagiário, Área Técnica de Saúde da População Negra e Quilombola, SES-RS;

Gabriela Oliveira da Cunha - Apoiadora Institucional SVSA/MS;

Equipe do Programa Vigidesastres-RS;

Marco Antonio Saretta Pogli - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (APPGG), Antropólogo, Departamento de Igualdade Étnico-Racial da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (DIER/SJCDH);

Roberth Murillo - PPG Gerontologia Biomédica, PUC-RS;

Vanderlei Adriano da Silva - Comunidade Quilombola Unidos do Lajeado / Lajeado-RS.

REVISORES

Francyne da Silva Silva - Analista de Saúde - Área Técnica de Saúde da População Negra e Quilombola, SES-RS;

Gisele Cristina Tertuliano - Analista de Saúde - Área Técnica de Saúde da População Negra e Quilombola, SES-RS;

Jorge Amaro de Souza Borges - Comunidade Quilombola dos Teixeiras/Mostardas-RS; Rede de Confluência de Pesquisadores e Pesquisadoras da CONAQ; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Relações Internacionais e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural;

Tatiana Engel Gerhardt - Departamento de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural-Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INSTITUÇÕES PARCEIRAS

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Departamento de Saúde Coletiva

PUCRS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

SMS PORTO ALEGRE - Coordenação Saúde da População Negra

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO:

Jennifer Poliseni.

ILUSTRAÇÕES:

Jennifer Poliseni, com auxílio de inteligência artificial generativa.



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R585c Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. Divisão de Políticas de Promoção da Equidade.
Cartilha mudanças climáticas e saúde das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul [recurso eletrônico] : orientações práticas para gestores municipais e profissionais do SUS / elaborado por Francis Rodrigues Pereira ... [et al.]. – Porto Alegre: ESP/SES, 2026.
45 p. : il. , color

ISBN 978-65-89000-87-7

1. Quilombolas. 2. Mudança climática. 3. Gestão em saúde. 4. Sistema Único de Saúde. 5. Rio Grande do Sul. 6. Planejamento em desastres. I. Pereira, Francis Rodrigues. II. Silva, Francyne da Silva. III. Tertuliano, Gisele Cristina. IV. Borges, Jorge Amaro de Souza. V. Gerhardt, Tatiana Engel. VI. Título.

NLM WA 300.1

Catálogo na fonte – Centro de Informação e Documentação em Saúde/ESP/SES



COMO USAR ESTA CARTILHA

UM ROTEIRO PARA TRANSFORMAR ORIENTAÇÃO EM AÇÃO

Esta cartilha foi organizada para consulta rápida e uso integrado ao planejamento municipal. Ela não substitui normas, protocolos, planos de contingência ou orientações vigentes dos órgãos responsáveis. Use o conteúdo de forma adaptada às características, prioridades e capacidades de cada território.



ROTEIRO DE APLICAÇÃO

1. Identifique todas as comunidades quilombolas do município, suas lideranças, serviços de referência, acessos, riscos e capacidades locais.
2. Reúna Secretaria Municipal de Saúde, APS, Vigilância em Saúde, Defesa Civil, Assistência Social, Educação, Agricultura, Meio Ambiente, CRS/SES-RS, lideranças e associações comunitárias.
3. Preencha a ficha de diagnóstico territorial e o checklist de preparação municipal.
4. Construa ou revise o plano de contingência com participação das comunidades quilombolas.
5. Defina responsáveis, contatos, prazos, rotas, abrigos, fluxos de notificação e formas de retorno à comunidade.
6. Realize metodologias participativas, como mapeamento, rodas de conversa, oficinas, cartografia social e monitoramento comunitário.
7. Revise os instrumentos após cada evento, registrando aprendizados, perdas, necessidades e medidas para reduzir riscos futuros.

ARTICULAÇÃO ENTRE GESTÃO, SERVIÇOS E COMUNIDADE

Gestão municipal define responsabilidades, recursos e fluxos → Serviços do SUS identificam riscos, cuidam e monitoram → Comunidade e lideranças produzem informações, participam das decisões e orientam respostas territorializadas → Todos avaliam resultados e reduzem riscos futuros.

CHECKLIST

Conhecer o território, ouvir a comunidade, agir com equidade e manter o cuidado antes, durante e depois da emergência são responsabilidades permanentes do SUS.



Nota. A adaptação climática é um processo contínuo. Ela se fortalece quando o conhecimento técnico dialoga com os saberes comunitários, quando a participação social orienta as decisões e quando as políticas públicas enfrentam desigualdades históricas, racismo e injustiças socioambientais.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO
SUS	Sistema Único de Saúde
APS	Atenção Primária à Saúde
ACS	Agente Comunitário de Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
CRS	Coordenadoria Regional de Saúde
PIAPS	Programa de Incentivo para Atenção Primária à Saúde
VPS	Vigilância Popular em Saúde
Vigidesastres	Vigilância em Saúde Ambiental relacionada aos riscos de desastres
UBS	Unidade Básica de Saúde
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
Defesa Civil	Órgão responsável pela coordenação de ações de proteção e defesa civil

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	8
2. As mudanças climáticas já impactam as comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.....	10
3. Por que os territórios e as comunidades quilombolas exigem um olhar diferenciado?.....	11
4. Interseccionalidade e justiça climática.....	12
5. Vigilância Popular em Saúde.....	13
6. Conhecendo o território quilombola do seu município.....	15
7. Como identificar riscos, vulnerabilidades e capacidades locais.....	20
8. Comunicação de risco e fluxo de notificação.....	22
9. Como organizar a resposta do SUS.....	23
10. Abrigamento, recuperação e enfrentamento ao racismo institucional.....	24
11. PIAPS Quilombola e Vigilância Popular em Saúde como estratégias de adaptação climática.....	26
12. Ferramentas práticas para gestores.....	29
13. Referências.....	34
14. Anexos.....	36

APRESENTAÇÃO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM DESAFIO ATUAL PARA A SAÚDE E PARA A GESTÃO PÚBLICA

As mudanças climáticas deixaram de representar um desafio futuro e passaram a produzir impactos concretos sobre a saúde da população, a organização dos serviços e a capacidade de resposta dos estados e municípios. A intensificação de eventos extremos, como chuvas intensas, inundações, estiagens, ondas de calor e queimadas, exige que gestores municipais e estaduais incorporem a adaptação às mudanças climáticas ao planejamento das ações e dos serviços de saúde (Brasil, 2025a; Organização Pan-Americana da Saúde, 2025).

Esses impactos não são distribuídos de forma igual. As condições sociais, econômicas, étnico-raciais, ambientais e territoriais influenciam a exposição aos riscos, a capacidade de enfrentamento e as possibilidades de recuperação após um evento extremo. Populações historicamente e economicamente vulnerabilizadas e racialmente inferiorizadas sofrem impactos mais severos e dispõem de menores condições de recuperação, o que reforça a necessidade de políticas públicas orientadas pela equidade, pela justiça socioambiental e pelo enfrentamento ao racismo (IPCC, 2022; Brasil, 2025a).



As comunidades quilombolas integram esse cenário. Seus territórios possuem características sociais, culturais, ambientais e históricas que precisam ser consideradas na organização das ações e dos serviços de saúde, de modo a orientar estratégias de cuidado compatíveis com suas realidades e necessidades. Conhecer essas especificidades, identificar riscos e vulnerabilidades, fortalecer a participação comunitária e organizar respostas territorializadas são estratégias essenciais para proteger vidas, garantir a continuidade do cuidado e reduzir iniquidades (Brasil, 2007).

IMPORTANTE

A crise climática afeta indivíduos e comunidades de forma desigual. Produzir respostas coletivas para reduzir essas desigualdades é compromisso do Sistema Único de Saúde, orientado pelos princípios da universalidade, da integralidade, da equidade e da justiça socioambiental.

Esta cartilha foi elaborada para apoiar gestores e profissionais municipais, especialmente aqueles que atuam no Sistema Único de Saúde, na promoção da atenção integral às comunidades quilombolas diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. O material reúne conceitos, orientações e ferramentas para apoiar a gestão do risco climático na perspectiva da promoção da equidade em cenários de crise.

A construção de respostas efetivas depende do diálogo entre a gestão pública, os movimentos sociais, as lideranças quilombolas e as próprias comunidades. A participação social contribui para a produção de conhecimentos, o fortalecimento das redes de apoio e o enfrentamento do racismo e das iniquidades que atravessam a vida das comunidades quilombolas.

Espera-se que esta publicação contribua para qualificar a gestão municipal, fortalecer a atuação intersetorial e apoiar respostas mais efetivas, participativas e territorializadas. Proteger a saúde das comunidades quilombolas por meio de respostas coletivas e comunitárias fortalece a capacidade de adaptação dos territórios e a resiliência das comunidades diante das mudanças climáticas.

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS JÁ IMPACTAM AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL

EVENTOS EXTREMOS, IMPACTOS DIRETOS E DESIGUALDADES HISTÓRICAS

Os eventos climáticos extremos registrados nos últimos anos demonstram que as mudanças climáticas já produzem impactos concretos sobre os territórios quilombolas do Rio Grande do Sul. Enchentes, estiagens prolongadas, ciclones, ondas de calor e temporais têm ocorrido com maior frequência e intensidade, comprometendo as condições de vida das comunidades e impondo novos desafios ao SUS.

As enchentes de maio de 2024 tornaram esse cenário ainda mais evidente. O levantamento realizado pela EMATER/RS-Ascar apontou que cerca de 90% das comunidades quilombolas do estado estavam localizadas em municípios que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade, e que aproximadamente 57% das comunidades avaliadas sofreram impactos diretos, incluindo perdas de moradias, danos à produção agrícola, interrupção de acessos, comprometimento do abastecimento de água, insegurança alimentar e dificuldades de acesso aos serviços públicos, inclusive aos serviços de saúde (EMATER/RS-ASCAR, 2024).

Relatórios produzidos após a tragédia demonstram que esses impactos foram agravados por desigualdades históricas relacionadas ao acesso à terra, à infraestrutura, ao saneamento, ao transporte e às políticas públicas. Como consequência, a recuperação dos territórios torna-se mais lenta e complexa, reforçando a necessidade de incorporar a adaptação às mudanças climáticas, a redução das desigualdades e a participação das comunidades ao planejamento das ações de saúde (Anistia Internacional, 2025; Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2025).

ATENÇÃO

Proteger a saúde das comunidades quilombolas exige mais do que responder às emergências quando elas ocorrem. É necessário conhecer previamente os territórios, identificar vulnerabilidades e fortalecer estratégias de prevenção, preparação, resposta e recuperação.

POR QUE OS TERRITÓRIOS E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EXIGEM UM OLHAR DIFERENCIADO?

TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE VIDA, DIREITOS, IDENTIDADE E CUIDADO

Desde o início da colonização e da escravização, por volta de 1560, os quilombos se constituíram em todo o país como espaços de resistência e luta por liberdade, igualdade e emancipação. Esses territórios foram fundamentais na formação das lutas por democracia e justiça social no Brasil, tendo como referência histórica Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares (Moura, 2001, apud Brasil, 2025b). Nos quilombos, indígenas, negros africanos e alguns brancos empobrecidos se organizaram coletivamente para construir resistência, formas alternativas de convivência e organização social.

O pensamento do geógrafo brasileiro Milton Santos (1994) contribui para a compreensão do território como um campo de disputas sociais e econômicas, mas também como espaço de vida, onde se materializam os processos sociais e as relações cotidianas. Reconhecer o território como espaço de vida implica garantir, por meio de políticas públicas, o cuidado, a equidade e o protagonismo popular, especialmente em contextos de crise climática.

NA PRÁTICA. Planos de contingência, fluxos operacionais, notas técnicas e outras ações devem considerar as especificidades dos territórios quilombolas. A atuação integrada e respeitosa às realidades locais fortalece a capacidade de resposta do SUS e reafirma seu compromisso com a equidade e a justiça socioambiental.

O impacto climático não incide somente sobre moradia e infraestrutura, mas sobre um território de reprodução social, econômica, cultural e ancestral. Devem ser considerados lugares de memória, áreas produtivas, fontes de água, práticas culturais, espaços comunitários e relações de pertencimento.

INTERSECCIONALIDADE E JUSTIÇA CLIMÁTICA

RECONHECER DESIGUALDADES QUE SE CRUZAM

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica para compreender as desigualdades contemporâneas e construir estratégias de resistência que reconheçam a complexidade das experiências humanas em sua integralidade. Diferentes sistemas de opressão — raça, gênero, classe, sexualidade e território — entrecruzam-se e podem potencializar vulnerabilidades, a exemplo do racismo ambiental (Gonzalez, 2020; Viveros-Vigoya, 2016; Connell; Bilge, 2021).

A justiça climática reconhece que as mudanças climáticas afetam de maneira desigual diferentes populações, especialmente as mais pobres e vulnerabilizadas. Aqueles que menos contribuíram para a crise podem ser os mais impactados e devem receber apoio para lidar com seus efeitos. A justiça climática também busca garantir a participação de todos os grupos sociais, especialmente os mais vulnerabilizados, nas decisões sobre o clima e a transição para um futuro sustentável.

A ocorrência de inundações e enchentes agrava cenário epidemiológico já complexo dos municípios, afetando de forma mais intensa os territórios quilombolas e demais áreas marcadas por desigualdades sociais e econômicas. Doenças com alta incidência e prevalência no município podem apresentar impactos ainda mais severos nas populações negras, quilombolas e periféricas, que enfrentam barreiras históricas de acesso aos serviços públicos e condições precárias de infraestrutura.

IMPORTANTE

Uma mulher negra, quilombola e empobrecida, residente em área com carência de serviços públicos, pode ter sua vulnerabilidade ampliada em emergências climáticas. A oferta de serviços de saúde deve ser orientada pela equidade e considerar as múltiplas dimensões que atravessam sua vida.

O fortalecimento das ações do SUS deve priorizar estratégias de prevenção, mitigação e resposta que considerem essas especificidades, assegurando o direito à saúde e à dignidade em todos os territórios.



VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE

SABERES, PARTICIPAÇÃO E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

A Vigilância Popular em Saúde (VPS) constitui-se como um referencial teórico-prático em construção, articulando dimensões de movimento social, prática territorial e produção de saberes. Enquanto movimento, surge da mobilização de sujeitos e coletivos afetados por processos de adoecimento associados às condições de trabalho, à implantação de grandes empreendimentos, às injustiças ambientais e aos impactos das mudanças climáticas, configurando-se como uma crítica aos modelos hegemônicos de vigilância em saúde, historicamente centralizados e verticalizados (Arjona, 2017; Meneses et al., 2023).

A VPS desenvolve-se no contexto da redemocratização brasileira, reafirmando a determinação social da saúde como processo histórico e social, atravessado por relações de poder e por desigualdades de raça, gênero, geração e classe social. Essa perspectiva amplia a compreensão do processo saúde-doença-cuidado ao reconhecer que fatores ambientais, sociais e econômicos atuam simultaneamente para ampliar riscos, produzir vulnerabilidades e aprofundar desigualdades em saúde (Carneiro; Teixeira; Pessoa, 2023).

No plano das práticas, a VPS materializa-se em ações participativas desenvolvidas nos territórios, fundamentadas no protagonismo comunitário e na construção coletiva de estratégias de enfrentamento. Essas ações buscam intervir sobre os determinantes sociais do processo saúde-doença, fortalecer a defesa do direito à vida e ampliar a capacidade coletiva de incidência sobre as políticas e práticas de saúde (Carneiro; Pessoa, 2020).

PRINCÍPIOS DA VPS

Auto-organização e protagonismo popular

Articulação intersetorial

Defesa dos direitos humanos

Solidariedade e interculturalidade

PRINCÍPIOS DA VPS

Justiça ambiental

Enfrentamento do racismo ambiental

Diálogo entre conhecimentos populares, ancestrais, tradicionais e acadêmicos

Governança democrática

Em um país diverso e profundamente desigual como o Brasil, a produção da saúde depende da participação ativa da sociedade e da mobilização dos sujeitos nos territórios. A VPS incorpora ao centro das políticas públicas o olhar, a experiência e os conhecimentos produzidos pelas populações diretamente afetadas pelas mudanças climáticas, pelos desastres socioambientais e pelas desigualdades territoriais (Carneiro, 2026).

Sob uma abordagem decolonial, a VPS mobiliza modos de saber, fazer e ser distintos daqueles que estruturam o modelo institucional de vigilância em saúde no âmbito do SUS. Ao incorporar a determinação social da saúde, os saberes locais e as experiências comunitárias, propõe práticas mais horizontais, dialógicas e territorializadas, ampliando a participação social, a produção do cuidado e a democratização das decisões em saúde (Fleury, 2024).

Articular a vigilância institucional e a Vigilância Popular em Saúde de forma complementar e integrada qualifica a Vigilância em Saúde e a Atenção Primária, amplia a capacidade de prevenção e resposta às emergências sanitárias e climáticas, produz indicadores territorializados e identifica precocemente situações de risco. Essa perspectiva fortalece Conselhos de Saúde, Conferências de Saúde e demais espaços de participação social como instâncias vivas de construção democrática das políticas públicas.

Além disso, a Vigilância Popular favorece o desenvolvimento de capacidades comunitárias para reconhecer sinais de alerta relacionados a riscos ambientais, climáticos, epidemiológicos e sociais, permitindo respostas mais rápidas e articuladas diante de situações de emergência. Ao fortalecer a leitura crítica do território, amplia-se a capacidade das populações para identificar fatores de risco, proteger grupos vulnerabilizados e desenvolver estratégias locais de prevenção e promoção da saúde. Não se trata apenas de consultar ou “escutar” a comunidade: seus conhecimentos sobre água, áreas inundáveis, estiagens, caminhos, mudanças ambientais e estratégias históricas de enfrentamento devem compor o diagnóstico e subsidiar decisões públicas.

CONHECENDO O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO SEU MUNICÍPIO

IDENTIFICAÇÃO, HIDROGRAFIA, ORGANIZAÇÃO E CAPACIDADES LOCAIS

Conhecer o território é o primeiro passo para organizar ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação frente aos eventos climáticos extremos. Para isso, é fundamental que a gestão municipal saiba onde estão as comunidades quilombolas, como estão organizadas, quais riscos enfrentam e quais recursos e capacidades locais podem ser mobilizados (UNDRR, 2015).

No SUS, o território não se limita à delimitação geográfica do município. Ele compreende o espaço onde as pessoas vivem, estabelecem relações sociais, produzem seus modos de vida e constroem práticas de cuidado. Para as comunidades quilombolas, reúne dimensões históricas, culturais, sociais, ambientais e espirituais que influenciam diretamente os modos de viver, produzir, cuidar da saúde e enfrentar situações de emergência (Brasil, 2007).

O Marco de Sendai estabelece que compreender o risco é a primeira prioridade para reduzir perdas humanas, sociais, econômicas e ambientais. Para isso, recomenda que os governos conheçam previamente ameaças, vulnerabilidades e capacidades locais, articulando informações técnicas aos conhecimentos produzidos pelas próprias comunidades (UNDRR, 2015). A OPAS recomenda que o planejamento em saúde seja participativo e reconheça as especificidades territoriais e culturais dos povos e comunidades tradicionais (OPAS, 2019).

Assim, conhecer o território significa identificar não apenas vulnerabilidades, mas também potencialidades, como lideranças comunitárias, associações, agentes comunitários de saúde, redes de solidariedade e conhecimentos tradicionais. Essas informações qualificam o planejamento municipal, fortalecem a atuação intersetorial e ampliam a capacidade de adaptação e resposta do SUS às mudanças climáticas. Conhecer um território quilombola também significa conhecer agricultura, pesca, criação de animais, extrativismo, sementes, fontes de água, produção para autoconsumo e outras atividades fundamentais à segurança alimentar e à autonomia comunitária.

Território quilombola não é apenas localização geográfica. É espaço de vida, ancestralidade, produção, agricultura, água, alimentação, cultura e reprodução social. Portanto, perdas climáticas precisam ser avaliadas também nessas dimensões.



O QUE A GESTÃO MUNICIPAL PRECISA CONHECER?

Dimensão	Informações essenciais
COMUNIDADE	Nome; situação de certificação pela Fundação Cultural Palmares; localização e formas de acesso; número aproximado de famílias e população residente; caracterização urbana, rural ou periurbana.
TERRITÓRIO	Proximidade de rios, arroios, lagoas, bacias hidrográficas ou áreas sujeitas a alagamentos; histórico de eventos extremos; condições das vias; abastecimento de água e energia elétrica.
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	Lideranças; formas de organização local; associação comunitária; contatos atualizados; espaços coletivos da comunidade ou próximos.
SAÚDE	UBS de referência; ACS responsáveis; transporte sanitário; gestantes, crianças, idosos, pessoas com deficiência e usuários de medicamentos de uso contínuo. Pessoas com doenças crônicas que dependem de acompanhamento regular; Pessoas dependentes de equipamentos elétricos, tecnologias assistivas ou tratamentos continuados; Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; Existência de estratégias de comunicação acessível em situações de emergência; Distância e condições de deslocamento entre a comunidade e os serviços de saúde; Práticas comunitárias e conhecimentos tradicionais relacionados ao cuidado e à promoção da saúde.
CAPACIDADES LOCAIS	Lideranças; redes de solidariedade; conhecimentos tradicionais; espaços comunitários; organizações parceiras e demais recursos disponíveis.

HIDROGRAFIA

Registre a bacia hidrográfica, a sub-bacia quando houver, rios, arroios, lagoas e outras coleções hídricas próximas à comunidade. Identifique o histórico de inundações, estiagens e disponibilidade de água.

ATENÇÃO

Conhecer a bacia hidrográfica permite compreender melhor os riscos relacionados às enchentes, estiagens e à disponibilidade de água. Como os rios atravessam diferentes municípios, eventos ocorridos em áreas a montante podem provocar impactos em comunidades localizadas a jusante. Essas informações auxiliam o planejamento, a emissão de alertas e a organização da resposta do SUS (ANA, 2026; UNDRR, 2018).

HIDROGRAFIA

Bacia hidrográfica, sub-bacia (quando houver), rios, arroios, lagoas e outras coleções hídricas próximas à comunidade. Identificar histórico de inundações, estiagens, disponibilidade de água, áreas sujeitas a risco e a existência de Plano de Bacia ou outro instrumento de planejamento e gestão dos recursos hídricos aplicável ao território.

ATENÇÃO

Conhecer a bacia hidrográfica onde a comunidade está inserida permite compreender melhor os riscos relacionados às enchentes, estiagens, disponibilidade e qualidade da água. Como os cursos d'água ultrapassam limites municipais, eventos ocorridos em áreas a montante podem provocar impactos em comunidades localizadas a jusante. Essas informações auxiliam o planejamento das ações de prevenção, a emissão de alertas e a organização da resposta do SUS (ANA, 2026; UNDRR, 2018).

Além da identificação física da bacia, é importante que a gestão municipal verifique a existência de **Plano de Bacia Hidrográfica** e conheça as diretrizes, prioridades, áreas críticas e medidas de prevenção e adaptação nele previstas. A presença de comunidades quilombolas em áreas sujeitas a inundações, estiagens, isolamento territorial, escassez hídrica ou outros riscos deve ser considerada nos diagnósticos e instrumentos de planejamento da bacia.

A participação das comunidades quilombolas nos espaços de governança das águas também deve ser estimulada. A presença de lideranças ou representantes quilombolas nos Comitês de Bacia Hidrográfica contribui para que conhecimentos territoriais, demandas comunitárias, situações de risco e prioridades relacionadas à saúde, ao abastecimento de água, à produção de alimentos e à proteção dos territórios sejam incorporados aos processos de planejamento e tomada de decisão.

PARA A GESTÃO MUNICIPAL, RECOMENDA-SE VERIFICAR:

- Se existe Plano de Bacia vigente para a região;
- Se as comunidades quilombolas estão identificadas nos diagnósticos e mapas de risco da bacia;
- Se há comunidades localizadas em áreas sujeitas a inundações, estiagens, isolamento ou problemas de abastecimento;
- Se representantes quilombolas participam ou possuem canais de interlocução com o Comitê de Bacia;
- **Se** as prioridades e conhecimentos das comunidades são considerados no planejamento dos recursos hídricos;
- Se há articulação entre Comitê de Bacia, Defesa Civil, SUS, gestão ambiental e lideranças comunitárias.

ONDE ENCONTRAR INFORMAÇÕES

Painel do Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária em Saúde — PIAPS Quilombola (SES/RS):



Cadastro de Comunidades Quilombolas Certificadas — Fundação Cultural Palmares:

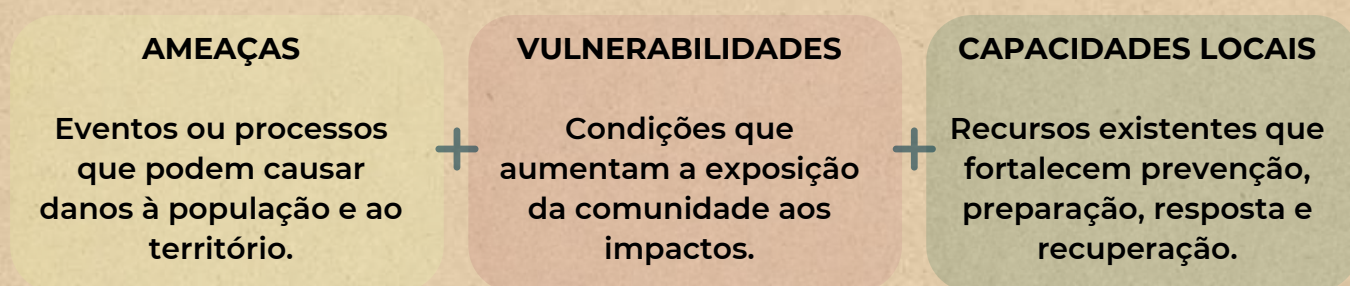


Ver também o Anexo 1 : Lista das comunidades quilombolas certificadas até 10/08/2026.

COMO IDENTIFICAR RISCOS, VULNERABILIDADES E CAPACIDADES LOCAIS

PLANEJAR A PARTIR DAS AMEAÇAS E DAS POTENCIALIDADES

Os impactos das mudanças climáticas não dependem apenas da ocorrência de um evento extremo. Eles resultam da interação entre as ameaças presentes no território, as vulnerabilidades da população e a capacidade de resposta existente antes, durante e após o evento (UNDRR, 2015).



AMEAÇAS + VULNERABILIDADES + CAPACIDADES LOCAIS = RISCO E POTENCIAL IMPACTO SOBRE A COMUNIDADE

Componente	O que observar
AMEAÇAS	Enchentes e inundações; enxurradas; estiagens; ondas de calor; vendavais; deslizamentos.
VULNERABILIDADES	Moradias em áreas de risco; dificuldade de acesso à água potável; isolamento; barreiras de acesso aos serviços de saúde; insegurança alimentar; gestantes, crianças, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crônicas; desigualdades sociais e raciais.
CAPACIDADES LOCAIS	Lideranças quilombolas; associações comunitárias; ACS; UBS; Defesa Civil; CRAS; escolas; redes de solidariedade; conhecimentos tradicionais; organizações da sociedade civil.

EXEMPLOS DE AVALIAÇÃO DO TERRITÓRIO

Situação	Ameaça	Vulnerabilidade	Capacidade local
COMUNIDADE PRÓXIMA AO RIO	Enchente	Casas em área inundável	Liderança organizada e UBS próxima
COMUNIDADE RURAL	Estiagem	Escassez de água	Associação comunitária e cisternas
COMUNIDADE ISOLADA	Chuvas intensas	Estrada interrompida	Transporte sanitário e plano de contingência

Recomenda-se que a avaliação seja feita para cada comunidade quilombola do município e em conjunto com a comunidade.

PERGUNTAS ORIENTADORAS

- **Ameaças.** A comunidade já foi atingida por enchentes, estiagens ou outros eventos extremos? Existem áreas sujeitas a alagamentos ou interrupção de acessos? Há histórico de isolamento? A comunidade está próxima a rios, arroios ou lagoas? O município conhece a bacia hidrográfica e acompanha os alertas hidrológicos?
- **Vulnerabilidades.** Existem dificuldades de acesso à água? A comunidade fica isolada durante eventos extremos? Há pessoas com doenças crônicas que dependem de acompanhamento contínuo? Existem dificuldades de acesso aos serviços de saúde? Há gestantes, idosos ou pessoas com deficiência que necessitam de atenção prioritária?
- **Capacidades locais.** Existem lideranças atuantes? A comunidade está geolocalizada? Há ACS que acompanham a comunidade? Existe plano de contingência municipal que inclua a comunidade? A Defesa Civil conhece o território? Existem organizações parceiras?

ATENÇÃO

As comunidades quilombolas não devem ser compreendidas apenas a partir de suas vulnerabilidades. A história de organização comunitária, os conhecimentos tradicionais, as lideranças locais, as redes de solidariedade e as estratégias coletivas de enfrentamento constituem capacidades importantes para a adaptação às mudanças climáticas.

Comunidades quilombolas possuem vulnerabilidades, mas também capacidades, conhecimentos, redes de solidariedade e estratégias próprias de adaptação.

COMUNICAÇÃO DE RISCO E FLUXO DE NOTIFICAÇÃO

INFORMAÇÃO OPORTUNA, VÍNCULO PERMANENTE E RETORNO À COMUNIDADE

A comunicação de risco é um processo contínuo de troca de informações entre a gestão municipal, os serviços de saúde e a comunidade, com o objetivo de identificar precocemente situações de risco, orientar a população e organizar respostas oportunas (PAHO, 2019).

A comunicação de risco deve ser acessível e considerar as necessidades das pessoas com deficiência, pessoas idosas e pessoas com dificuldades de leitura ou acesso digital, utilizando diferentes formatos e canais, como comunicação visual, sonora, linguagem simples, Libras e recursos compatíveis com tecnologias assistivas.

O município deve estabelecer previamente um fluxo de comunicação envolvendo a Secretaria Municipal de Saúde, a Atenção Primária à Saúde, a Vigilância em Saúde, o Vigidesastres, quando implementado, a Defesa Civil, outros setores estratégicos da gestão municipal e a Coordenadoria Regional de Saúde. O contato com as lideranças quilombolas deve ser permanente, e não apenas durante as emergências (UNDRR, 2015; PAHO, 2019).

FLUXO SUGERIDO

- 1.Receber alerta oficial ou identificar situação de risco pela comunidade, liderança ou equipe de saúde →
- 2.Confirmar a situação e contatar a liderança quilombola →
- 3.Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde →
- 4.Acionar a Vigilância em Saúde, o Vigidesastres, a Defesa Civil e os demais setores necessários →
- 5.Definir e executar as ações de resposta →
- 6.Monitorar continuamente, dar retorno e manter a comunicação com a comunidade.

IMPORTANTE

Defina previamente quem será responsável por receber e registrar as informações, acionar os setores envolvidos, manter a comunicação com as lideranças quilombolas e acompanhar a situação até o restabelecimento das condições de normalidade.

COMO ORGANIZAR A RESPOSTA DO SUS

PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO COM EQUIDADE

A resposta do SUS às emergências climáticas começa antes da ocorrência do desastre. Conhecer os territórios, definir responsabilidades, estabelecer fluxos de comunicação, preparar os serviços e identificar previamente as populações que necessitam de acompanhamento prioritário são medidas fundamentais para garantir uma resposta rápida, coordenada e equitativa (Brasil, 2023; Brasil, 2025b; UNDRR, 2015).

ATENÇÃO À EQUIDADE

Nas situações de chuvas intensas e desastres associados, as ações de resposta e recuperação devem priorizar populações historicamente afetadas por desigualdades e barreiras de acesso, incluindo explicitamente as comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais (Brasil, 2026a).

CICLO DE ATUAÇÃO DO SUS

ANTES	DURANTE	DEPOIS
Conhecer e identificar comunidades e lideranças; atualizar contatos e cadastros; identificar grupos prioritários; definir fluxo SMS–APS–Vigilância–Defesa Civil; elaborar ou revisar plano de contingência; planejar rotas e acessos alternativos.	Confirmar a situação; realizar busca ativa; garantir acesso à APS e a medicamentos; reorganizar UBS e fluxos assistenciais; monitorar água, alimentos e riscos sanitários e ambientais; registrar e notificar agravos; manter comunicação contínua com a comunidade.	Manter acompanhamento das famílias; restabelecer serviços e fluxos; monitorar agravos tardios; ofertar saúde mental e reabilitação; atualizar cadastros e diagnóstico territorial; avaliar o que funcionou e revisar o plano.

Na recuperação, devem ser acompanhados efeitos que podem persistir por meses ou anos, como agravamento de condições crônicas, sofrimento mental, insegurança alimentar, doenças transmissíveis e aprofundamento das vulnerabilidades sociais (Brasil, 2026a).

ABRIGAMENTO, RECUPERAÇÃO E ENFRENTAMENTO AO RACISMO INSTITUCIONAL

PRESERVAR VÍNCULOS, GARANTIR DIREITOS E REDUZIR RISCOS FUTUROS

O município deve evitar dispersar famílias quilombolas em diferentes abrigos. A manutenção dos vínculos comunitários favorece o apoio mútuo, fortalece a organização da comunidade, facilita a comunicação com as lideranças e contribui para uma resposta mais adequada às necessidades socioculturais do grupo.

RECOMENDAÇÕES PARA O ABRIGAMENTO

- Manter, sempre que possível, as famílias e a comunidade reunidas no mesmo abrigo.
- Dialogar previamente com as lideranças quilombolas sobre o local de acolhimento.
- Evitar a separação de núcleos familiares e respeitar as formas próprias de organização comunitária.
- Garantir privacidade, segurança, água potável, saneamento e alimentação culturalmente adequada.
- Assegurar acesso aos serviços de saúde e continuidade dos tratamentos.
- Manter canais permanentes de comunicação entre comunidade, gestão municipal e equipes de saúde.
- Planejar o retorno ao território em conjunto com a comunidade, respeitando as condições de segurança.

Recuperar é reduzir riscos futuros. A reconstrução deve avaliar vulnerabilidades que já existiam antes do desastre e foram agravadas por ele, incluindo acesso à água e ao saneamento, moradia, segurança alimentar, mobilidade, continuidade do cuidado em saúde, proteção social e segurança territorial. Deve ser planejada com participação das comunidades quilombolas e buscar reduzir riscos futuros, e não apenas restabelecer as condições anteriores (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2025; Defensoria Pública da União, 2025).

ENFRENTAMENTO AO RACISMO INSTITUCIONAL

Emergências climáticas podem ampliar situações de discriminação e racismo nos espaços de acolhimento e nos serviços de saúde. Gestores e profissionais devem assegurar ambientes seguros, acolhedores e livres de qualquer forma de discriminação racial, tratar as pessoas pelo nome e oferecer escuta qualificada, respeitando suas identidades, culturas, pertencimentos étnico-raciais e formas de organização comunitária.

Os serviços devem garantir acesso oportuno e equitativo a atendimento clínico, medicamentos, vacinação, acompanhamento de condições crônicas, saúde mental e atenção psicossocial, considerando as necessidades específicas da população negra e das comunidades quilombolas.

Toda situação de racismo, discriminação racial, injúria racial ou outra violação de direitos humanos deve ser acolhida, registrada, notificada e encaminhada conforme os fluxos institucionais. A resposta deve articular a rede de atenção à saúde, a assistência social, o sistema de justiça e os órgãos de defesa de direitos, além de facilitar o acesso aos canais oficiais de denúncia.

NA PRÁTICA

Inclua lideranças quilombolas na definição das prioridades de recuperação; articule saúde, assistência social, agricultura, habitação, saneamento e Defesa Civil; registre perdas específicas; mantenha o acompanhamento após o fim da emergência; e dê retorno contínuo à comunidade.

PIAPS QUILOMBOLA E VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E PRODUÇÃO COMPARTILHADA DE RESPOSTAS

O incentivo financeiro destinado à Atenção à Saúde da População Quilombola, no âmbito do Programa de Incentivo para Atenção Primária à Saúde (PIAPS), representa uma oportunidade para fortalecer a capacidade de preparação das comunidades frente aos eventos climáticos extremos. A elaboração e a execução do plano de ação devem ocorrer de forma participativa, em conjunto com as comunidades quilombolas, considerando suas prioridades, necessidades e os impactos vivenciados em eventos climáticos anteriores.

Esse processo pode subsidiar ações voltadas à redução de vulnerabilidades, ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e ao aumento da capacidade de resposta do município. O planejamento deve ser construído de forma compartilhada, respeitando as prioridades, os conhecimentos e as especificidades de cada território.

COMO PRODUZIR VIGILÂNCIA POPULAR NA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE?

- Realizar processos permanentes de escuta das populações, respeitando suas especificidades culturais, territoriais, étnico-raciais, geracionais e de gênero.
- Constituir espaços de diálogo envolvendo gestores, trabalhadores do SUS, lideranças comunitárias, movimentos sociais, pesquisadores e demais atores do território.
- Reconhecer e incorporar os saberes populares e ancestrais na produção das análises de situação de saúde.
- Desenvolver metodologias participativas para identificação de riscos, vulnerabilidades e potencialidades dos territórios.
- Produzir indicadores territoriais que articulem informações institucionais e evidências comunitárias.
- Fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde e outros espaços de participação social como instâncias de governança democrática, como por exemplo as Coordenadorias e Conselhos de Igualdade Racial.
- Promover processos contínuos de educação popular em saúde, ampliando a capacidade das comunidades para reconhecer sinais de alerta, monitorar mudanças no território e atuar na prevenção de agravos.
- Integrar as ações da Vigilância Popular às práticas da Atenção Primária à Saúde, da Vigilância em Saúde e das demais políticas públicas.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

Metodologia	Aplicação no território
MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO TERRITÓRIO	Identificação de áreas de risco, equipamentos sociais, recursos comunitários, problemas ambientais e potencialidades.
DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO	Levantamento coletivo dos principais problemas, necessidades e prioridades de saúde.
RODAS DE CONVERSA	Espaços de diálogo e troca de experiências entre pessoas do território, trabalhadores do SUS e gestores.
OFICINAS COMUNITÁRIAS	Construção coletiva de propostas de intervenção, planos de ação e estratégias de prevenção.
CARTOGRAFIA SOCIAL	Elaboração de mapas produzidos pela própria comunidade, representando o território a partir de suas vivências.
CAMINHADAS OU OBSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO	Percursos realizados com a comunidade, gestores e profissionais para reconhecer fatores de risco e proteção.
FOTOVOZ	Utilização da fotografia para registrar problemas e potencialidades do território, seguida de discussão coletiva.
MONITORAMENTO COMUNITÁRIO	Acompanhamento de indicadores locais, como qualidade da água, queimadas, enchentes, presença de vetores, poluição e outros fatores que afetam a saúde.

IMPORTANTE

A implementação da Vigilância Popular em Saúde requer relações mais equitativas entre comunidades, profissionais, gestores e pesquisadores; participação em todas as etapas; sustentabilidade política e institucional; reconhecimento dos saberes populares e ancestrais; e mecanismos de governança democrática capazes de incorporar evidências produzidas nos territórios aos processos de planejamento e tomada de decisão em saúde (Silva et al., 2023; Meneses et al., 2024).

FERRAMENTAS PRÁTICAS PARA GESTORES

INSTRUMENTOS PARA PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO

Os instrumentos a seguir podem ser adaptados à realidade de cada município e utilizados de forma integrada ao Plano Municipal de Contingência, aos instrumentos de Vigilância em Saúde e às ações da Atenção Primária à Saúde (Brasil, 2023; Brasil, 2025; UNDRR, 2015).

FERRAMENTA 1 — CHECKLIST DE PREPARAÇÃO MUNICIPAL

Item	Sim	Não	Em andamento
O município conhece todas as comunidades quilombolas?			
Possui contato atualizado das lideranças?			
Conhece a bacia hidrográfica de cada comunidade?			

Item	Sim	Não	Em andamento
Possui mapa das áreas de risco?			
Existe plano de contingência atualizado e ele inclui as comunidades quilombolas?			
A APS conhece todas as comunidades?			
Há fluxo definido com a Defesa Civil?			
Existem rotas alternativas de acesso?			
A comunidade participou da elaboração ou revisão do Plano Municipal de Contingência?			
Estão identificadas as pessoas que podem necessitar de apoio específico durante emergências (pessoas com deficiência, idosos e crianças e adolescentes)?			
Existe estratégia de comunicação de risco acessível e pactuada com a comunidade?			
Há rotas alternativas e estratégia previamente definida para situações de isolamento?			
Os conhecimentos, capacidades e redes comunitárias estão incorporados ao planejamento municipal?			

FERRAMENTA 2 — FICHA DE DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

Recomenda-se que a avaliação seja realizada individualmente para cada comunidade quilombola e construída conjuntamente com seus moradores, lideranças e organizações, articulando informações técnicas da gestão pública aos conhecimentos, experiências e estratégias comunitárias. A identificação das capacidades locais é tão importante quanto o reconhecimento das ameaças e vulnerabilidades, pois permite valorizar recursos, saberes e redes existentes no território e incorporá-los ao planejamento das ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação.

Campo	Registro
Nome da comunidade	
Município	
Regional de Saúde	
Liderança e telefone	
ACS responsável e UBS de referência	
Bacia hidrográfica e rio ou arroio próximo	
Histórico de enchentes	
Histórico de estiagens	
Forma de acesso	
Grupos prioritários	
Abrigo previsto	
Plano de contingência contempla a comunidade?	
Observações	

FERRAMENTA 3 — QUADRO DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Instituição	Responsabilidade	Contato
SMS		
Defesa Civil		
Assistência Social		
Agricultura		
Meio Ambiente		
Educação		
CRS/SES-RS		
Liderança quilombola		
Associação comunitária		

FERRAMENTA 4 — ROTEIRO DE CONTATO COM A LIDERANÇA

AO LIGAR OU VISITAR A COMUNIDADE, VERIFICAR:

- Todas as pessoas estão seguras? ☐
- Houve desalojados? ☐
- A comunidade está isolada? ☐
- Há acesso à água? ☐
- Há acesso à alimentação? ☐
- Há necessidade de medicamentos? ☐
- Há gestantes, crianças, idosos ou pessoas com deficiência? ☐
- Há necessidade de abrigo? ☐
- A UBS consegue chegar? ☐
- Existe alguma necessidade urgente? ☐

FERRAMENTA 5 — MATRIZ DE PRIORIDADE

Situação	Prioridade
Comunidade isolada	Muito alta
Falta de água	Muito alta
UBS inacessível	Muito alta
Gestantes isoladas	Muito alta
Medicamentos interrompidos	Muito alta
Danos leves	Média

CHECKLIST

Use as ferramentas com diálogo permanente, participação comunitária e integração aos planos municipais. Registre responsáveis, prazos, contatos e atualizações para que os instrumentos permaneçam úteis antes, durante e depois dos eventos.

REFERÊNCIAS

- ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. Enchentes no Rio Grande do Sul: direitos humanos e justiça climática. São Paulo: Anistia Internacional Brasil, 2025. Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2025/05/RELATORIO_RS-2.pdf. Acesso em: 10 ago. 2026.
- ARJONA, F. B. S. O espaço da/na vigilância popular em saúde: construção teórica inicial. Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço, v. 6, n. 2, p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/hne.2017.35269>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Setorial de Saúde para Adaptação à Mudança do Clima (AdaptaSUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2025a.
- BRASIL. Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz. Território na promoção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde; Escola de Governo Fiocruz Brasília, 2025b.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 fev. 2007.
- CARNEIRO, Fernando F.; PESSOA, Vanira M. Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00298>.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira (org.). Guia de Vigilância Popular em Saúde e Emergências Climáticas. Eusébio, CE: Fiocruz Ceará, 2026. 171 p.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA). Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul: observações e recomendações para a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Washington, DC: Organização dos Estados Americanos, 2025. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/2025/INFORME_REDESCA_BRASIL_PT.pdf. Acesso em: 10 ago. 2026.
- EMATER/RS-ASCAR. Relatório de impactos nas comunidades quilombolas assessoradas pela Emater ocasionadas pelo desastre socioclimático de fim de abril de 2024. Porto Alegre: Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: <https://www.sdr.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/14180334-14-06-get-relatorio-perdas-quilombolas-maio-2024.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2026.

- FLEURY, Reinaldo Matias (Coord.). Viver em plenitude: compartilhando práticas e tecendo saberes decoloniais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 363 p.
- GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375 pp.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- MENESES, M. N. et al. Vigilância popular em saúde no sul do Brasil. Interface (Botucatu), v. 28, e230619, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230619>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Materiais de preparação para o El Niño. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: <https://lnk.bio/preparaElnino>
- PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). Guidance Note on Health Disaster Risk Management with Indigenous Peoples. Washington, DC: PAHO, 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/en/documents/guidance-note-health-disaster-risk-management-indigenous-peoples>. Acesso em: 10 ago. 2026.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Enfrentamento do racismo em abrigos temporários. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 2024.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, José Marcos da. Vigilância popular em saúde, extensão universitária e os saberes populares [recurso eletrônico]: experiências em torno do licenciamento de Belo Monte e do derramamento de petróleo em Pernambuco / José Marcos da Silva, Diádiney Helena de Almeida. Recife: Ed. UFPE, 2021.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015–2030. Geneva: UNDRR, 2015. Disponível em: <https://www.undrr.org/publication/sendai-framework-disaster-risk-reduction-2015-2030>. Acesso em: 10 ago. 2026.
- VIVEROS-VIGOYA, M. As cores da masculinidade. Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

ANEXOS

ANEXO 1 — COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES QUE RECEBEM RECURSO PIAPS QUILOMBOLA

MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Aceguá	Tamanduá
Aceguá	Vila da Lata
Alegrete	Angico
Arroio do Meio	São Roque
Arroio do Padre	Vila Progresso
Arroio do Tigre	Linha Fão
Bagé	Palmas
Cacequi	Comunidade Jaguaretã - Chácara da Timbaúva
Caçapava do Sul	Picada das Vassouras
Cachoeira do Sul	Cambará
Cachoeira do Sul	Rincão do Irapuzinho
Candiota	Candiota
Canguçu	Manoel do Rêgo/Rincão
Canguçu	Armada
Canguçu	Passo do Lourenço
Canguçu	Potreiro Grande

MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Canguçu	Santa Clara e arredores
Canguçu	Fávila
Canguçu	Filhos dos Quilombos
Canguçu	Boqueirão
Canguçu	Bisa Vicente
Canguçu	Iguatemi
Canguçu	Cerro das Velhas
Canguçu	Estância da Figueira
Canguçu	Maçambique
Canguçu	Cerro da Vigília
Canguçu	Cerro da Boneca
Canguçu	Faxinal
Canoas	Maria Luiza Ireno
Canoas	Chácara Barreto
Capivari do Sul	Costa da Lagoa
Carazinho	Flor da Serra
Catuípe	Passo do Araçá
Cerrito	Emilia de Moraes
Cerrito	Lichiguana
Cerro Grande do Sul	Vila Ventura

MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Cerro Grande do Sul	Vila Joaquina
Colorado	Vila Padre Osmari
Colorado	Vista Alegre
Cristal	Serrinha do Cristal
Dona Francisca	Acácio Flores
Encruzilhada do Sul	Medeiros
Encruzilhada do Sul	Quadra
Formigueiro	Manoel Diniz
Formigueiro	Maria Joaquina
Formigueiro	Timbaúva
Formigueiro	Passo do Maias
Formigueiro	Passos dos Brum
Formigueiro	Vóvó Chinoca
Fortaleza dos Valos	Costaneira
Fortaleza dos Valos	Capão dos Lopes
General Câmara	Vila do Sabugueiro
Giruí	Correa
Gravataí	Manoel Barbosa
Jacuizinho	Rincão dos Caixões
Jaguarão	Madeira

MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Lagoão	Vila Miloca
Lajeado	Maria Carmem
Lajeado	Unidos do Lajeado
Lavras do Sul	Corredor dos Munhós
Maquiné	Morro Alto
Morro Redondo	Vó Ernestina
Mostardas	Casca
Mostardas	Colodianos
Mostardas	Teixeira
Muitos Capões	Mato Grande
Nova Palma	Rincão do Santo Inácio
Novo Cabrais	Comunidade Vó Minda e Tio Adão
Osório	Morro Alto
Palmares do Sul	Limoeiro
Pantano Grande	Gonçalves da Silva
Pedras Altas	Bolsa da Candiota
Pedras Altas	Várzea dos Baianos
Pedras Altas	Solidão
Pelotas	Algodão
Pelotas	Alto do Caixão

MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Pelotas	Cerrito Alegre
Pelotas	Ramos
Pelotas	Vó Elvira
Piratini	São Manoel
Piratini	Brasa Moura
Piratini	Faxina
Piratini	Fazenda da Cachoeira
Piratini	Nicanor Da Luz
Piratini	Raulino Lessa
Piratini	Rincão do Couro
Piratini	Rincão do Quilombo
Portão	Macaco Branco
Portão	Bom Jardim
Porto Alegre	Quilombo do Areal Luiz Guaranha
Porto Alegre	Família Silva
Porto Alegre	Alpes
Porto Alegre	Família Machado
Porto Alegre	Família Fidelix
Porto Alegre	Família Lemos
Porto Alegre	Família de Ouro Ylê de Oxum

MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Porto Alegre	Família Flores
Porto Alegre	Mocambo
Porto Alegre	Vila Kédi
Restinga Sêca	Rincão dos Martinianos
Restinga Sêca	Barro Vermelho/Vó Fermina e Vó Eulina
Restinga Sêca	São Miguel
Rio Grande	Macanudos
Rio Pardo	Cruz Alta
Rio Pardo	Rincão dos Negros
Rodeio Bonito	Bino
Rosário do Sul	Comunidade Negra do Vacaquá
Rosário do Sul	Rincão do Negro
Rosário do Sul	Rincão da Chirca
Rosário do Sul	Lagoa Branca
Salto do Jacuí	Urbanos do Jacuí
Salto do Jacuí	Júlio Borges
Santa Maria	Arnesto Penna Carneiro
Santana da Boa Vista	Tio Dô
Sant'Ana do Livramento	Ibucuí da Armada
São Gabriel	Von Bock

MUNICÍPIO	COMUNIDADE
São Gabriel	Cerro do Ouro
São Gabriel	Caleira
São José do Norte	Vila Nova
São Lourenço do Sul	Coxilha Negra
São Lourenço do Sul	Monjolo
São Lourenço do Sul	Picada
São Lourenço do Sul	Rincão das Almas
São Lourenço do Sul	Torrão
São Lourenço do Sul	Boqueirão
São Sepé	Ipê
São Sepé	Passos dos Brum
São Sepé	Vó Maria Julia
Sarandi	Beira Campo
Sertão	Arvinha
Sertão	Mormaça
Tapes	Chácara da Cruz
Taquara	Paredão
Tavares	Vó Marinha
Tavares	Capororocas
Tavares	Anastácia Machado



MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Terra de Areia	Zâmbia
Terra de Areia	Boa Vista
Três Forquilhas	Família de Três Forquilhas
Triunfo	Morada da Paz
Tunas	Novo Horizonte
Turuçu	Mutuca
Uruguaiana	Rincão dos Fernandes
Vale Verde	Santos Rocha
Viamão	Peixoto dos Botinhas
Viamão	Cantão das Lombas
Viamão	Anastácia

ANEXO 2 —

Sistema de Preparação e Sala de Situação

PARA RESPOSTA A EVENTOS CLIMÁTICOS
EM **COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

O SISTEMA FUNCIONA EM 3 MOMENTOS INTEGRADOS

1 ANTES DO EVENTO



PREPARAÇÃO

Conhecer o território, identificar riscos, definir responsabilidades e deixar fluxos e estratégias organizadas para agir rapidamente.

AVALIAR A PREPARAÇÃO MUNICIPAL

Verificar se o município possui informações, fluxos, planos, contatos e estratégias necessários.

FERRAMENTA 1

Checklist de Preparação Municipal

CONHECER O TERRITÓRIO E SUAS COMUNIDADES

Registrar informações de cada comunidade para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão.

FERRAMENTA 2

Ficha de Diagnóstico Territorial

ORGANIZAR A REDE DE RESPOSTA INTERSETORIAL

Definir previamente quem faz o quê, contatos e formas de acionamento entre os setores e lideranças.

FERRAMENTA 3

Quadro de Articulação Intersetorial

2 DURANTE O EVENTO



ATIVAÇÃO DA SALA DE SITUAÇÃO

Monitorar o cenário em tempo real, identificar necessidades, definir prioridades e organizar a resposta.

REALIZAR CONTATO COM A LIDERANÇA

Obter informações rápidas e confiáveis sobre a situação atual da comunidade.

FERRAMENTA 4

Roteiro de Contato com a Liderança

CLASSIFICAR PRIORIDADES DE ATENDIMENTO

Classificar as necessidades de cada comunidade conforme nível de urgência.

FERRAMENTA 5

Matriz de Prioridade



REUNIÃO DE ALINHAMENTO E PLANEJAMENTO

Após a definição das prioridades, a Sala de Situação realiza ciclos de acompanhamento para avaliar a evolução do cenário, monitorar as ações em andamento e ajustar estratégias conforme as necessidades identificadas.



3 DEPOIS DO EVENTO



AVALIAÇÃO E APRENDIZADO

Avaliar a resposta, registrar aprendizados e fortalecer a preparação para os próximos eventos.

ATUALIZAR AS FERRAMENTAS

FERRAMENTA 1

Checklist de Preparação Municipal

FERRAMENTA 2

Ficha de Diagnóstico Territorial

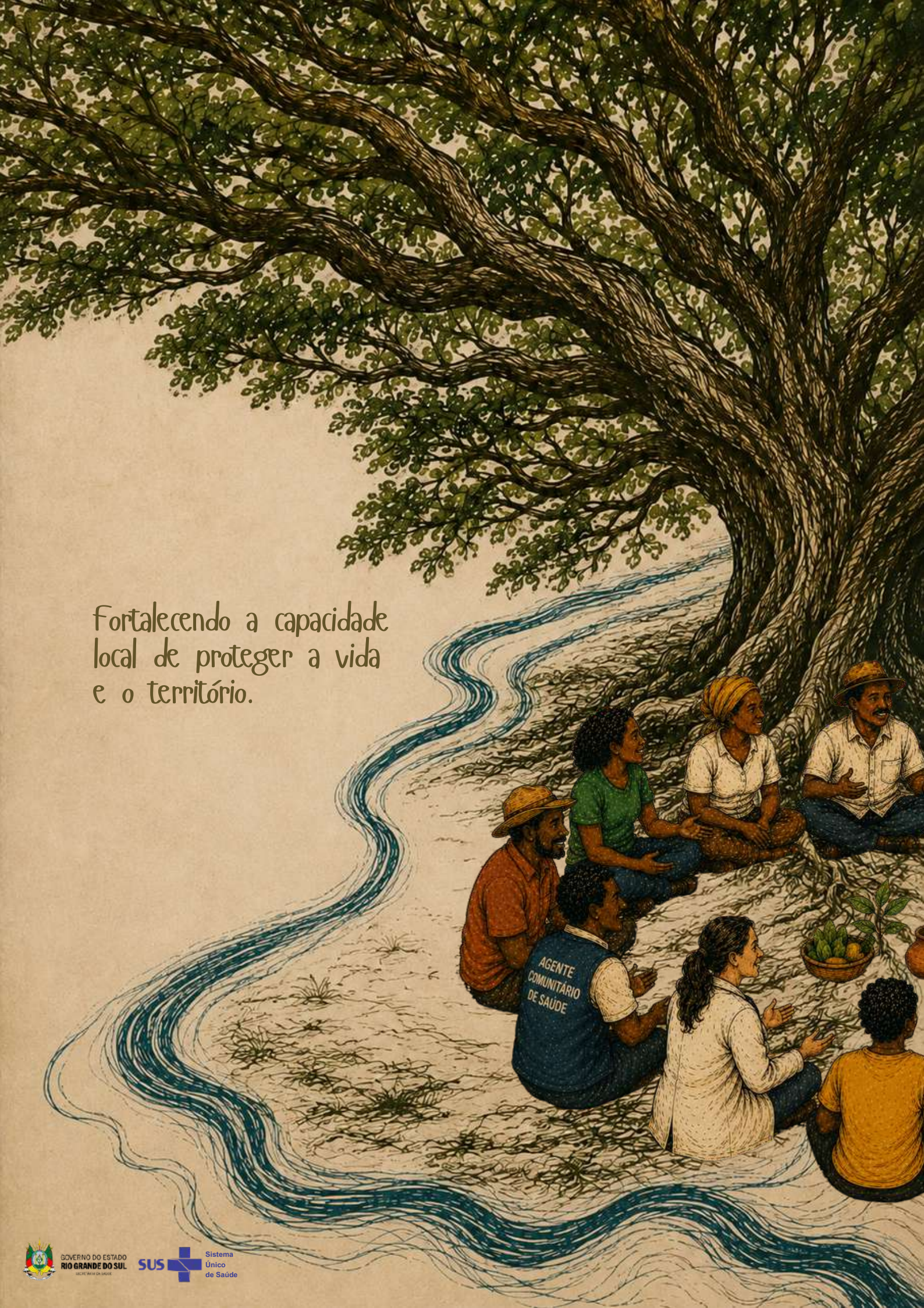
FERRAMENTA 3

Quadro de Articulação Intersetorial

REGISTRO PÓS-EVENTO

- Comunidades afetadas
- Ações realizadas
- Dificuldades encontradas
- Recursos utilizados
- Lições aprendidas
- Recomendações

Essas informações fortalecem o município e salvam vidas no próximo evento.



Fortalecendo a capacidade
local de proteger a vida
e o território.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

SUS



Sistema
Único
de Saúde